



#9

ANÁLISE// SUBSÍDIOS PAGOS AOS BOCADOS



PME

PROBLEMAS

- 1. Dinheiro e horas perdidas**  
São horas de trabalho perdidas ou dinheiro gasto no serviço jurídico, de contabilidade ou informática, para ajustar os sistemas e calcular o valor dos salários.
- 2. Manter duas contabilidades**  
A dos trabalhadores efetivos que não querem receber duodécimos e dos a prazo (não têm escolha); e a de quem quer ter os subsídios às prestações.
- 3. Ajustar tesouraria**  
As empresas terão de saber de quanto dinheiro precisam para pagar salários ao fim do mês e quanto será necessário no verão (subsídio de férias) e em novembro (de Natal).

PROPOSTA

- 1. Primeiro ouvir empresas**  
As pessoas ouvidas pelo JN dizem que o Governo tem pouca noção da vida real das PME, pelo que recomendam que ouça os empresários antes de tomar medidas como esta.

EXPONHA O SEU CASO  
custosdecontexto@jn.pt

# Duodécimos obrigam a contas paralelas



Despesa com salários sobe 10%, já. Depois será compensada com subsídios mais baixos

O sistema encontrado pelo Governo para mitigar a subida do IRS obriga as empresas a mais burocracia, a arranjar já mais dinheiro para os salários de quem quis duodécimos (apesar de, no verão e Natal, gastar menos) e pagar a advogados, contabilistas e informáticos.

PROBLEMAS

PERDER TEMPO E DINHEIRO

EM JANEIRO, os salários foram pagos com o corte decorrente da subida do IRS. Este mês, e como a portaria entrou em vigor há poucos dias, terão duas versões: uma manterá o corte, para quem assim o quis ou para os contratados a prazo; outra será "aditivada" com dois duodécimos. De março em diante, o sistema seguirá bipolar: com e sem duodécimos, em paralelo.

O sistema implica custos mensais mais altos já este mês, sobretudo em setores como o têxtil, cujo o pico de recebimentos coincide com os meses de verão e Natal. O problema inverso levanta-se para quem precisa dos subsídios. É o caso do turismo (Verão) e do comércio (Natal), que arriscam perder os clientes que recebam só metade dos subsídios.

Para quem lida com a parte técnica, o problema também se levanta. Primeiro, espera-

ram que o Governo estabelecesse a medida. Depois, tiveram que ir aos clientes para alterar o sistema informático - uma tarefa enorme sobretudo para as maiores empresas.

"As Finanças não têm noção que 98% das mais de 400 mil empresas são PME, que recorrem a outsourcing para contabilidade e informática", lembra João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços.

O "expediente" desenhado para "mitigar o impacto" de mais impostos trouxe mais desvantagens do que vantagens, resume Paulo Vaz, diretor-geral da Associação Têxtil e de Vestuário (ATP).

PROPOSTA

OUVIR EMPRESAS ANTES DE AGIR

DECIDIR: os salários são pagos com duodécimos ou sem. Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas entende que, se o Governo quisesse ajudar as empresas, devia ter decidido a modalidade a seguir. "Dar a opção e obrigar as empresas a manter dois sistemas paralelos é que não, quem tem que arcar com os custos são as empresas", diz, secundado por João Vieira Lopes, que aprovou o pagamento de duodécimos "como a solução menos má". "O corte de um subsídio iria prejudicar mais as empresas" de

comércio e turismo, afirma.

Paulo Vaz vê, contudo, um potencial benefício. A ATP defende a divisão do salário anual em 12 fatias, à semelhança da generalidade dos países (só a Sul da Europa se pagam 14 meses). Mas qualquer que seja o sistema em vigor a partir de 2014, as pessoas ouvidas pelo JN sugerem ao Governo que ouça as associações sobre a valia da medida antes de a tomar.

O Governo, cujos assessores são jovens a iniciar uma carreira política" está "afastado da realidade das empresas", o que custará "milhares de horas de trabalho" ao país, lamenta Paulo Vaz. Antes de decidir, "devia fazer simulações e sujeitá-las à opinião de quem lida com as empresas". E fazê-lo a tempo e horas, o que neste caso implicaria a publicação da legislação necessária até 31 de dezembro, diz Vieira Lopes.

Meira Fernandes, membro do Grupo Informal de Combate aos Custos de Contexto (GICCC), sugere uma solução alternativa: "Já que a decisão foi complicar, não será possível 'descomplicar', obrigando-se o Estado a disponibilizar gratuitamente uma solução informática?"

ALEXANDRA FIGUEIRA

O trabalho contou com a colaboração dos membros do GICCC José Carlos Caldeira, Meira Fernandes e Miguel Cadilhe

EM NÚMEROS

3

salários diferentes pagos ao longo de um ano

Em janeiro, o salário sofreu a subida de IRS. Em fevereiro, haverá dois tipos: sem duodécimos ou com dois duodécimos; em março, o valor estabiliza, para o resto do ano.

400

mil empresas existentes; maioria é micro ou PME

Mais de 98% das empresas existentes em Portugal são micro, pequenas ou médias e, por norma, contratam fora serviços de informática e de contabilidade.

4,656

milhões de trabalhadores por conta de outrem

As mais de 400 mil empresas existentes no país processam mais de quatro milhões e meio de salários, aos trabalhadores por conta de outrem, sejam efetivos sejam a prazo.



"Seria excelente se, no futuro, estas decisões considerassem as consequências e impacto da sua implementação"

José Carlos Caldeira  
Membro do GICCC

[ NA PRIMEIRA PESSOA ]

A Empresa Têxtil Nortenha emprega 132 pessoas e uma mão chega para contar as que quiseram receber duodécimos. Tivesses todas optado pela mesma modalidade e a vida de quem faz as contas aos salários seria um pouco mais simples. Assim, foi preciso dar uma série de passos, desfiou Augusto Barbosa, responsável pelo departamento financeiro e de contabilidade. Primeiro, contactar os juristas para tirar todas as dúvidas sobre a lei; depois, perguntar aos trabalhadores como querem receber e a pagar a Primavera os ajustes ao software. Por fim, fazer as contas ao valor a transferir a cada um dos 132 trabalhadores; um para janeiro, outro para fevereiro e, finalmente, um último em março - até chegar à altura normal dos subsídios, já que a uns pagará por inteiro e a outros pela metade. Por tudo isto e por uma questão de princípio, Augusto Barbosa discorda do pagamento em duodécimos: "É atirar areia para os olhos das pessoas, para não sentirem de imediato o agravamento, nalguns casos, brutal dos impostos".